

Informação, educação e comunicação em saúde: um direito de todos.

Ao longo de 23 anos o Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) tem assegurado o desenvolvimento de atividades de pesquisa e assessoria, que geram conhecimento e contribuem à sua difusão e intercâmbio com vistas à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Composto por seis Unidades de Pesquisa, nos últimos cinco anos, quando instalou oficialmente a Unidade de Tecnologia da Informação, Educação e Comunicação em Saúde (UTICS), o NESP também tem dedicado seus esforços para disponibilizar aos mundos da academia, do serviço e da comunidade, com o apoio das tecnologias inclusivas, um conjunto de produtos e estudos consolidados.

Ao estabelecermos esta frutífera parceria entre a UTICS e a Unidade de Estudos e Pesquisas em Saúde da Família (UEPSF), apresento mais um número especial da Revista *Tempus Actas em Saúde Coletiva* que chega para fortalecer a Rede Internacional de Pesquisadores em Informação, Educação e Comunicação em Saúde, instalada em 10 de dezembro de 2008, durante a 4ª Oficina Internacional de Comunicação da Informação em Saúde – 4/OICIS realizada em Brasília, dia em que também se comemorou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Desejo que os conteúdos da entrevista, artigos e relatos de experiências sejam benfeitores, parafraseando o título do livro de Susan Sontag, as nossas vontades radicais de superar os desafios éticos da formação dos profissionais em forma interativas; incluir os Agentes Comunitários de Saúde-ACS em redes de aprendizagens significativas; respeitar os valores culturais das comunidades como condição para o entendimento mútuo nas ações comunicativas(1), manejar as tecnologias de educomunicação como janelas de oportunidades a construção de ecossistemas comunicativos livres e democráticos; induzir a utilização de novas tecnologias de comunicação como estratégia de ampliar a autonomia dos sujeitos frente aos sistemas e meios comunicacionais; e, sobretudo pensar estratégias de alfabetização informacional, entendendo-a como um direito de cidadania, sem fronteiras.

Em síntese, seria utópico demais desejar que esses documentos sirvam de referências para os leitores atentos, como veredas na defesa da vida e do SUS? Seguramente que não. Afirmar assim me faz lembrar os ensinamentos de Theodor Adorno quando fala que a sociedade contemporânea é geradora de contradições que produzem uma conduta ambivalente, tecnicista e regressiva ao mesmo tempo, e que, se por um lado favorece o progresso do sistema, também pode levá-lo à mudança, crise ou involução, por meios das mais diferentes e diversas escolhas¹. Logo, sonho que cada um de vocês, caros leitores, escolha o caminho da informação, educação e comunicação, mediada por tecnologias inclusivas de saúde, como ação estratégia à promoção da saúde dos indivíduos, famílias e comunidades. Estes autônomas, independentes e capazes de julgar e de decidir conscientemente.

Profa. Dra. Maria Fátima de Sousa
Coordenadora da UEPSF/NESP/FCE/UnB¹

¹ HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.